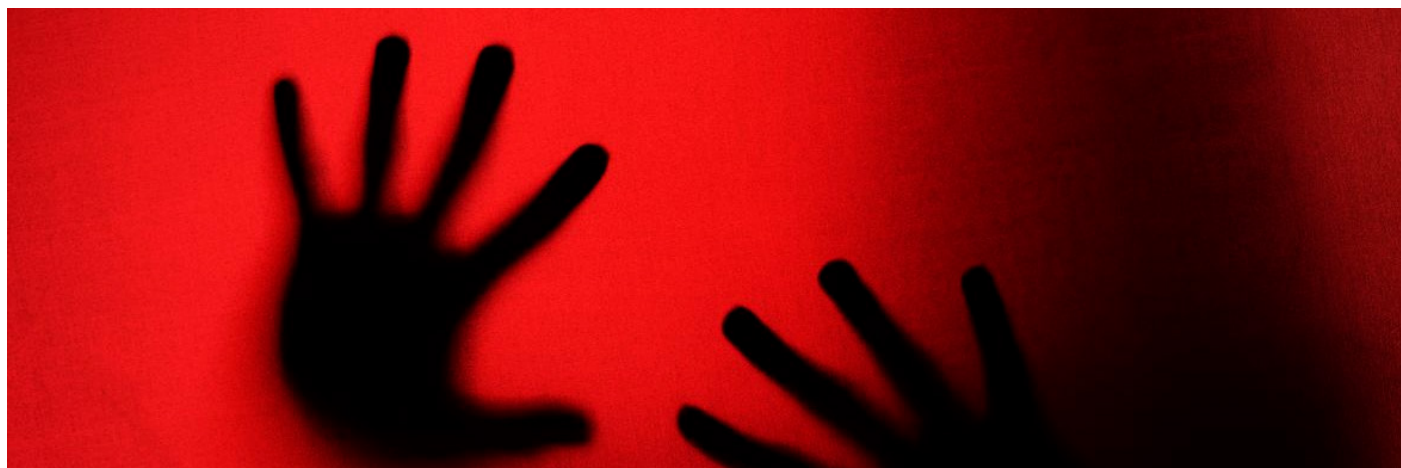


Agosto Lilás: nenhuma mulher deve viver com medo!



A campanha Agosto Lilás de 2025 tem como tema “Não deixe chegar ao fim da linha. Ligue 180”. A iniciativa nacional busca fortalecer a rede de proteção e a conscientização sobre a Lei Maria da Penha, que neste 7 de agosto completou 19 anos de existência. Uma legislação avançada, mas que ainda precisa sair do papel para dar conta da complexidade ao enfrentamento, principalmente, à violência doméstica que não para de crescer.

De acordo com o 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública quase 1500 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2024, o que representa uma média de 4 mortes por dia. Sendo que 8 em cada 10 mulheres foram

mortas por companheiros ou ex-companheiros, demonstrando que a violência contra a mulher começa dentro de casa.

Casos recentes como o de violência sofrida por Priscila, em Belo Horizonte, é um exemplo da crueldade noticiada diariamente. Ela foi morta pelo namorado, um policial penal afastado, supostamente porque teria tirado uma “selfie” sem ele. Em Natal, Juliana levou 61 socos do namorado, dentro de um elevador. A vítima teve que fazer uma cirurgia para reconstruir a face.

De 2023 para 2024, o número de casos de feminicídio, considerando tentados e consumados, cresceu 16% em Minas Gerais. Mesmo diante de dados alarmantes, o gover-

nador Romeu Zema vetou a implementação de campanhas e atividades voltadas para o enfrentamento à violência política contra a mulher; e, ainda, a inclusão produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social. Em abril deste ano, vetou o (PLC) 84/22, que visa proteger servidoras estaduais vítimas de violência doméstica.

A ativista da Marcha Mundial das Mulheres, Bernadete Esperança Monteiro, denuncia que o Governo Zema, além de precarizar programas de autonomia e renda para mulheres, não ampliou políticas públicas de suporte às vítimas de violência. “A própria postura do governador, com seus comentários machistas e mi-

sóginos, demonstra que a proteção às mulheres não é uma prioridade em seu governo”, afirma.

As políticas de enfrentamento à violência contra a mulher envolvem a assistência social, a polícia e o próprio sistema de justiça criminal, atuando em rede. Em entrevista à Agência Brasil, a pesquisadora do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da UFMG, professora Amanda Lagreca, considera que as políticas públicas têm que ser implementadas considerando à complexidade que envolve a realidade das mulheres brasileiras. “É preciso que haja investimento do estado, dos municípios, para que essa rede se sustente”, diz Isabella.

FUP pressiona Petrobrás por Plano de Cargos

A FUP alerta que o modelo atual inviabiliza a mobilidade e limita o desenvolvimento profissional da maioria

A quarta e última reunião entre a Petrobrás e a Federação Única dos Petroleiros (FUP) para debater sobre o Plano de Cargos e Salários ocorreu no dia 19 de agosto, marcada por cobranças e expectativas. A FUP cobrou uma proposta concreta da Petrobrás por um Plano de Cargos justo. A entidade reafirmou a disposição para a construção de um plano único, sem prejuízos aos trabalhadores do Sistema Petrobrás.

O encontro contou com uma consultoria que sintetizou os debates sobre carreira, estrutura salarial e critérios de movimentação. Apesar do balanço apresentado pela gestão da Petrobrás, a FUP considerou que não houve uma proposta formal, apenas uma exposição teórica. A Petrobrás prometeu enviar por escrito os pontos de convergência e divergência após análise interna.

Entre os temas discutidos estão: tabela salarial, faixas de remuneração,

critérios de atribuições de cargos, evolução na carreira, regras de progressão e condições de mudança de função, considerados centrais para um plano justo, transparente e capaz de assegurar oportunidades de crescimento equilibradas a todos os trabalhadores e trabalhadoras.

A FUP defende isonomia, valorização da categoria e um plano único, com tabela salarial unificada em todo o Sistema. A Federação e seus sindicatos vão avaliar com a categoria se as discussões devem ocorrer em paralelo ao ACT, reforçando a prioridade do tema.

A Federação alerta que o modelo atual inviabiliza a mobilidade e limita o desenvolvimento profissional da maioria. Para a FUP, a construção de um plano justo é um passo decisivo para corrigir distorções históricas, garantir oportunidades equilibradas, respeitar a unidade da classe petroleira e fortalecer a Petrobrás como patrimônio nacional.

Assembleia sobre estatuto será no dia 25/08, às 18h



O Sindipetro/MG convoca todas as trabalhadoras e trabalhadores petroleiros de Minas Gerais para a assembleia geral extraordinária no dia 25 de agosto, às 18 horas, que vai deliberar sobre as propostas de alterações no Estatuto Social da entidade. A participação presencial será na sede do Sindicato (Av. Barbacena 242, Barro Preto, BH) e remota pelo link sindipetro.org/assembleia.

O novo estatuto terá alterações de quóruns e regras eleitorais, previsão de campanhas salariais para trabalhadores de empresas privadas com datas-base distintas, inclusão de deveres expressos relacionados à defesa da diversidade, inclusão e equidade, com a criação da nova Secretaria da Mulher e do Combate às Opressões. Será fei-

ta a reestruturação das secretarias existentes e inclusão de novas atribuições, como a divisão da atual Secretaria de Saúde/Previdência e Aposentados, e mudanças nas nomenclaturas das Secretarias de Política Sindical, OLT e Empreiteiras; Secretaria de Imprensa, Divulgação e Cultura, entre outras. Um quadro comparativo com as modificações e suas justificativas está disponível no site do Sindipetro/MG.

As propostas de alterações estatutárias foram debatidas e aprovadas no 39º Congresso Estadual dos Petroleiros de Minas Gerais, realizado em junho. Um dos objetivos da reforma estatutária é modernizar a estrutura organizativa da entidade, ampliar a representatividade e garantir maior eficácia na atuação sindical.